

TRIBUTAÇÃO VERDE

Uma transição necessária que precisa ser **JUSTA**

Secretário da Fazenda do Estado do Ceará Fabrízio Gomes

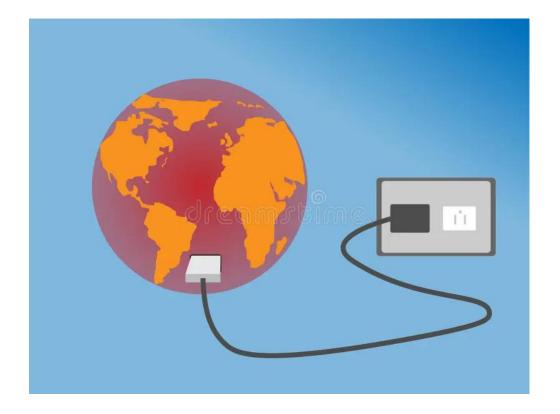


O MUNDO PRECISA DE ENERGIA, DE FONTES DE ENERGIA SUSTENTÁVEL





Imagens retiradas da internet











Imagens retiradas da internet



ENERGIA - COMBUSTÍVEIS - ÁGUA DE REUSO









Imagens retiradas da internet





- Antes da Constituição de 1988 a competência era federal;
 O sistema era centralizado e público, com a União controlando praticamente tudo;
- Após da Constituição de 1988 O imposto passou a ser estadual, transformando-se no atual ICMS, a União continuou cobrando
 PIS/COFINS sobre energia com base em brechas da Constituição;
- Os municípios passaram a cobrar a CIP (Iluminação Pública)
- Década de 1990: Privatizações levaram à "desverticalização" (empresas não podiam mais atuar em geração, transmissão e distribuição ao mesmo tempo);





Benefícios Fiscais para Fontes Renováveis:

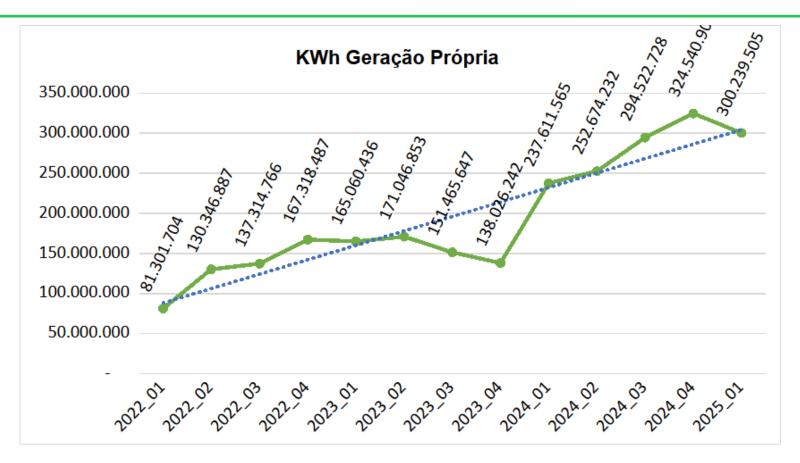


- Convênio ICMS 101/97 Isenção na compra de equipamentos para energia solar e eólica;
- Convênio ICMS 16/15 Isenção de ICMS para energia gerada por micro e minigeração (geração distribuída) com potência instalada de até 1Mw;
- Decreto CE 33.327/19 Reforça isenções e diferimentos no estado.





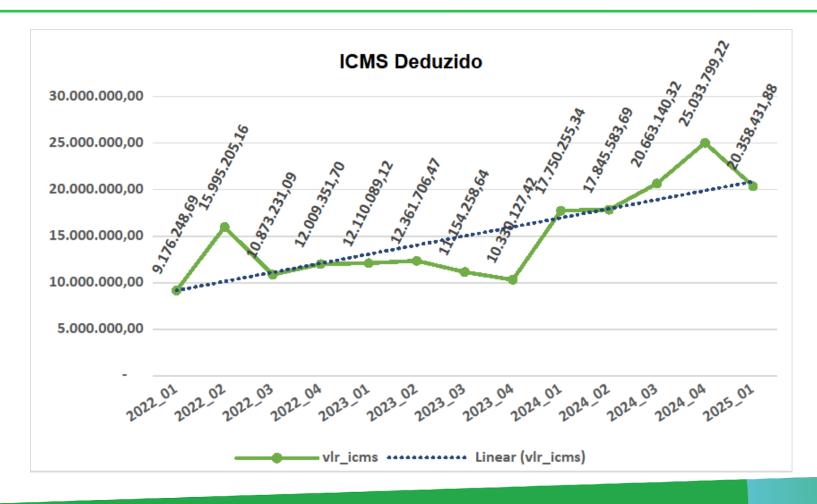












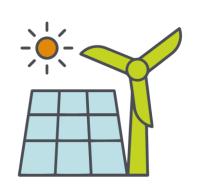






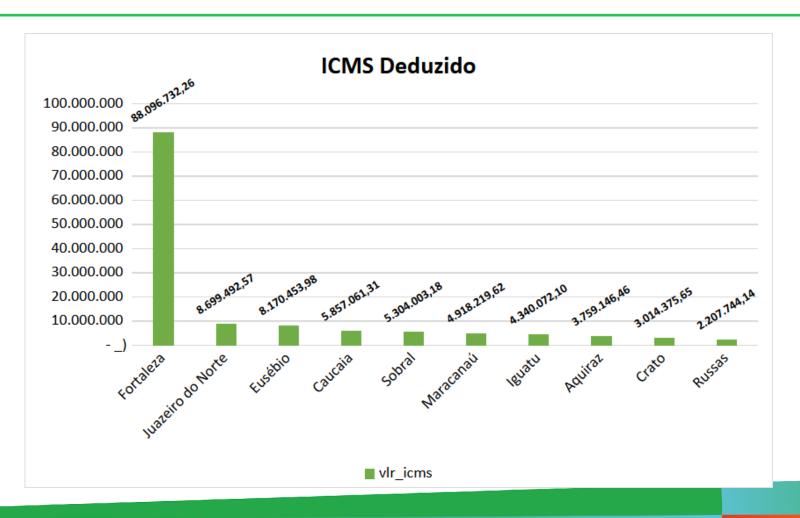
- Geração de energia própria cresceu 149% no período analisado;
- Redução na arrecadação de R\$ 195.661.428,73;













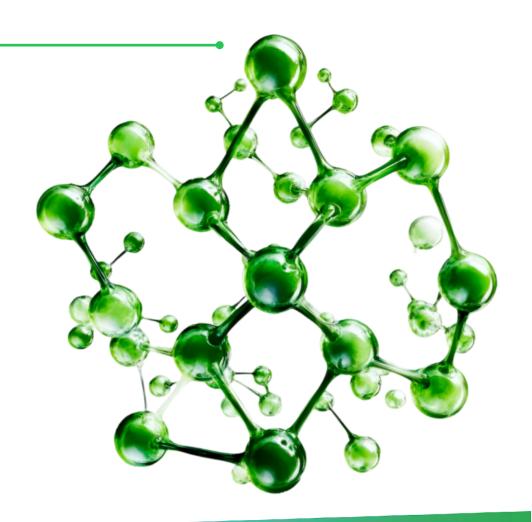
HIDROGÊNIO VERDE

(Lei Complementar 214/2025)



Fica assegurada aos biocombustíveis e ao hidrogênio de baixa emissão de carbono **tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis**.

As alíquotas do IBS e da CBS relativas aos biocombustíveis e ao hidrogênio de baixa emissão de carbono não poderão ser inferiores a 40% e não poderão exceder a 90% das alíquotas incidentes sobre os respectivos combustíveis fósseis.







A Lei n.º 19.139/2024 institui o Projeto Crédito Verde, regulamentando a utilização e transferência de saldos credores acumulados de ICMS, com o objetivo de estimular a geração de energia elétrica a partir da fonte eólica, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento regional.





Art. 100 da LEI COMPLEMENTAR N° 214, de 16 de janeiro de 2025

Incentivos Tributários em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)

Suspensão de IBS e CBS na importação ou aquisição interna de:

- Matérias-primas
- Produtos intermediários
- Materiais de embalagem

Condição:

Uso integral no processo produtivo de bens ou serviços destinados à exportação.

Conversão em alíquota zero com a exportação dos produtos finais ou serviços.

Energia elétrica renovável utilizada por indústrias ou prestadoras de serviço em ZPEs é equiparada a matéria-prima para fins do benefício.





REUSO DA ÁGUA, UMA ALTERNATIVA LIMPA PARA A INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA.







PROJETO SEFAZ VERDE



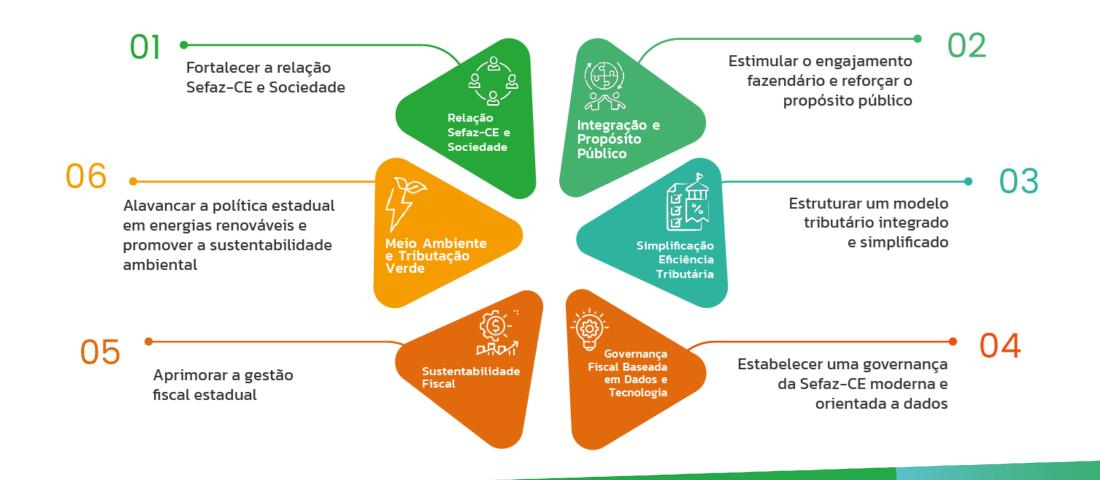
• OBJETIVO:

Transformar a Sefaz - CE em referência em Governança Sustentável por meio da eficiência energética, redução de CO₂ e cultura de responsabilidade socioambiental.



MAPA ESTRATÉGICO DA SEFAZ 2024 - 2031





PROJETO

SEFAZ VERDE



COMO FAZEMOS:

- Programa de Energia Limpa: Energias renováveis nas sedes e postos fiscais Aracati e Tianguá;
- Programa de Energia Livre: Contratação de energias renováveis no mercado livre de energia para as Sedes e postos fiscais Aracati e Tianguá;
- Estudo de Emissões CO2: inventário de emissão de carbono e Plano de Descarbonização;
- Adequação do Prédio Sefaz à Estrutura Sustentável: Avaliação e adequação dos prédios da Sefaz, incluindo análise estrutural e arborização;
- Taxonomia sustentável: Classificação dos itens de bens de consumo e serviços com menor impacto ambiental - Catálogo dos itens (alinhamento com Seplag), Pregão do material sustentável.



PRINCIPAIS **REALIZAÇÕES**



- Elaboração da Instrução Normativa nº 64/2023, que trata da Política e Cômite de Sustentabilidade;
- Elaboração do Plano Logístico Sustentável;
- Promoção da Semana do Meio Ambiente com atividades e ações voltadas para a conscientização da importância da sustentabilidade ambiental;
- Publicação da página do Programa 3S na Intranet;
- Certificação da Sefaz do selo TCE CEARÁ
 SUSTENTÁVEL.



PRINCIPAIS **REALIZAÇÕES**









Campanhas do Programa Sefaz, solidária, sustentável







PRINCIPAIS **REALIZAÇÕES**





 Reestruturação do Programa 3S (Sefaz, solidária, sustentável):

Esta mudança representa o compromisso contínuo da instituição com um futuro melhor, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.



Programa Contribuinte Pai d'Égua:

Entrega do selo "Jangada Verde", que reconhece a empresa em destaque tanto na conformidade tributária quanto em aspectos de ESG, comprovados mediante certificação concedida pela FIEC.

RESULTADOS - 2022 a 2024















Muito Obrigado! Fabrízio Gomes



@fabriziogomessantos